

A COMUNA DE PARIS - 1871

SUMÁRIO

Texto1 - Uma breve contextualização da Comuna de Paris	2
Texto 2 - A Guerra Civil na França	6
Texto 3 - Comuna de Paris: mulheres parindo um mundo novo	23
Texto 4 - Introdução de Friedrich Engels à Edição de 1891, de “A guerra Civil na França”	29
Texto 5 - Carta de Marx a Ludwig Kugelmann	35
Texto 6 - Lições da Comuna – Leon Trotsky	35
Texto 7 - Decretos da Comuna de Paris	39
Anexo: Leitura Complementar	43
Dicionário: “Comuna de Paris”	53

NOTA:

Quando alguma palavra estiver marcada desta forma: manifesto , por exemplo, ela consta no dicionário ao final da apostila.

Textos leitura Obrigatória

Texto1 - Uma breve contextualização da Comuna de Paris

(dos editores da apostila)

A Comuna de Paris foi um marco; uma revolução importantíssima para a classe operária francesa e mundial, que deixou uma série de lições.

Foi a primeira experiência de tomada do poder pelo proletariado, e de tentativa de construção prática da ditadura do proletariado. Teve duração de 72 dias; de março a maio de 1871. Foram dias frenéticos, de muito trabalho e efervescência política e cultural. Os decretos da Comuna deixavam evidente que se tratava de um “governo dos trabalhadores para os trabalhadores”.

A Guerra Franco-Prussiana

A França na época estava no II Império, e era governada por Luís Bonaparte, que havia dado um golpe de estado 1852. Sobrinho de Napoleão Bonaparte (aquele da Revolução Francesa), e intitulado de Napoleão III, o Imperador declarou guerra à Prússia, numa tentativa de restaurar a glória do antigo Império, a moral de seu governo e obter conquistas militares que ajudassem a França a sair da crise econômica em que se encontrava.

O pretexto da Guerra Franco Prussiana foi um conflito dinástico envolvendo o trono da Espanha, que estava sem rei ou rainha desde 1868, fruto de uma revolução, conhecida como “La Gloriosa”; as cortes (parlamento espanhol) ofereceram o trono a um príncipe Prussiano, que era primo do rei Guilherme I da Prússia; isso gerou uma crise diplomática com o Imperador francês, pois isso poderia aumentar o poder prussiano no

conflito de Estados pela hegemonia na Europa.

Nesse momento a Alemanha ainda não era um Estado nacional unificado; eram composta por diversos estados; a Prússia era o hegemônico, e com a guerra, buscava liderar a unificação alemã e obter conquistas territoriais.

Sucederam-se crises diplomáticas, até que no dia 19 de julho de 1870 a guerra foi proclamada pela França, que esperava sair vitoriosa do conflito. No entanto, o exército Prussiano era muito superior, e foi impondo derrotas ao exército francês, que sofreu a mais grave delas na Batalha de Sedan, no dia 2 de setembro de 1870. Nessa batalha, Napoleão III é capturado, e mais de 80 mil soldados franceses ficam detidos em território prussiano.

Essa derrota desmoraliza ainda mais o Império, e no dia 4 de setembro os trabalhadores parisienses exigem que a Assembleia Nacional proclame a República.

O Governo de defesa/traição nacional

A III República francesa organiza-se em princípio para fins de defesa nacional; a guerra segue, e dada a fragilidade do exército, a alternativa foi reorganizar a Guarda Nacional, dando armas aos que pudessem empunhá-las para defender a França. Neste caso, uma maioria de operários, que se organizavam democraticamente na Guarda.

Em 19 de setembro, dois exércitos prussianos começam um cerco a Paris, e em 27 de outubro, o exército francês é rendido em Metz, com cerca de 140 mil homens.

O plano da classe dominante passa a ser a capitulação; o único jeito de detonar as tropas prussianas que sitiavam Paris seria colocando os operários armados em movimento. Segundo Marx, “O triunfo de Paris sobre o agressor prussiano teria sido o triunfo do operário francês sobre o capitalista francês e seus parasitas dentro do Estado. Nesse conflito entre o dever nacional e o interesse de classe, o governo da defesa nacional não vacilou

um instante em converter-se num governo de traição nacional”.

Thiers¹, à frente do executivo da Assembleia recentemente eleita - a Assembleia dos “rurais”² - negocia o armistício com Bismarck. As “condições de paz” eram pesadíssimas³, e os custos de tudo isso seriam jogados nas costas do proletariado, que se revolta com a capitulação, com essas condições e com a entrada dos soldados prussianos em Paris.

Para impor o custo da guerra aos trabalhadores e conseguir a “paz” para os burgueses, e para os “rurais”, era fundamental desarmar a classe. Thiers utiliza diversos meios para desarmar e enfraquecer a Guarda Nacional: diminui o pagamento que os alistados na Guarda recebiam, depois corta o pagamento, solicita a devolução das metralhadoras e canhões que estavam em posse da Guarda, alegando que haviam sido adquiridos com recursos públicos; nada disso adiantou. Até que as tropas do governo tentam tomar as armas de assalto.

A proclamação da Comuna

Aí chegamos à Comuna: essas tentativas fracassam, e os trabalhadores se rebelam, junto à Guarda Nacional, no dia 18 de março: os trabalhadores armados botam os generais pra correr, e são agora os donos da situação em Paris. Thiers e sua trupe fogem para Versalhes; dias depois é eleito um conselho geral

1 *Thiers: Sujeito com longo currículo, no que diz respeito a enriquecimento às custas do povo, repressão aos trabalhadores e fracassos diplomáticos. Desde a década de 1830 já estava na política, como ministro do Rei Luís Felipe. Marx o descreve assim: “sempre sem escrúpulos para aticar uma revolução quando não está no poder e para afoga-la em sangue quando empunha o leme do governo; cheio de preconceitos de classe no lugar de ideias e vaidade em lugar de coração”.*

2 *Na Assembleia tinham grande representação os partidos burgueses mais reacionários, e os grandes latifundiários.*

3 *As condições previam que Alsácia e Lorena ficassem com a Alemanha, o desarmamento do exército francês, o estabelecimento de soldados prussianos na França, que também teria que pagar uma indenização de 5 bilhões de francos à Prússia.*

para governar Paris, e a Comuna é proclamada.

Mas a burguesia e os latifundiários de forma alguma aceitariam a “Paris operária”, e desde Versalhes organizaram as forças da contra revolução. A burguesia prussiana também se engajou nessa causa, cedendo de volta para a França mais de cem mil soldados do exército francês que estavam detidos em território prussiano. O apelo da Comuna era internacional, e a Contra revolução também o foi.

No início de abril começam os ataques à Comuna: fuzilamentos, prisões, deportações, casas incendiadas; os Communards tentam reagir como podem e montam suas barricadas, mas a força militar e o ódio dos inimigos eram superiores. De 21 a 28 de maio ocorre a “semana sangrenta”, com fuzilamentos em massa, em proporções nunca antes vistas na História.

Em memória dos Communards e das tarefas colocadas para a nossa classe, nós, revolucionários, precisamos resgatar essa história. Compreender o que foi a Comuna de Paris e as lições que nos deixou.

Referências:

Karl Marx: A Guerra Civil na França;

Francesco Ricci: A Comuna de Paris (1871): [precursora](#) da Comuna de Petrogrado (1917)

Texto 2 - A Guerra Civil na França

Karl Marx, maio de 1871

Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores

A todos os membros da Associação na Europa e nos Estados Unidos⁴

III

Na madrugada do 18 de março, Paris acordou com um **estrondo**: “Viva a Comuna!” O que é a Comuna, essa **esfinge** que tanto atormenta o espírito burguês?

“Os proletários de Paris”, dizia o Comité Central no seu manifesto do 18 de março:

“No meio dos fracassos e das traições das classes governantes, compreenderam que para eles tinham chegado a hora de salvar a situação tomando em suas mãos a direção dos negócios públicos... O proletariado compreendeu que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em suas próprias mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder governamental”.

Mas a classe operária não pode simplesmente apossar-se da máquina do Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos⁵.

No mesmo passo em que o progresso da indústria

⁴ *Esse texto é formado em base a trechos das partes III e IV do texto original, traduzido como A guerra Civil na França escrito por Karl Marx entre meados de abril e início de junho de 1871. Foi aprovado pelo CG e publicado dias depois. Reimpresso duas vezes e um ano depois foi traduzido em diversas línguas. Nunca antes um escrito do movimento operário havia sido tão rapidamente traduzido e difundido. (Nota dos editores da apostila).*

⁵ *Em 12 de abril de 1871, Marx escreveu a Ludwig Kugelmann: “se olhares o último capítulo de meu O 18 de Brumário, constatarás que considero que o próximo experimento da Revolução francesa consistirá*

moderna desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe.

(...) O Império, tendo o coup d'état (golpe de estado) por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por cetro, declarava apoiar-se no campesinato, essa ampla massa de produtores não envolvida diretamente na luta do capital e do trabalho. Declarava salvar a classe operária quebrando o parlamentarismo e, com ele, a indisfarçada subserviência do governo às classes proprietárias. Declarava salvar as classes proprietárias sustentando sua supremacia econômica sobre a classe operária; e declarava, finalmente, unir todas as classes, fazendo reviver para todas a Quimera da glória nacional. Na realidade, era a única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a capacidade de governar a nação e a classe operária ainda não a tinha adquirido. O Império foi aclamado através do mundo como o salvador da sociedade. (...)

O poder do Estado, aparentemente pairando acima da sociedade, era ele próprio, ao mesmo tempo, o maior escândalo desta sociedade e a incubadora de todas as suas corrupções. (...) o Império é a forma mais prostituída e acabada do poder do Estado que a sociedade burguesa nascente tinha começado a criar como um meio da sua própria emancipação do feudalismo e que a sociedade burguesa plenamente desenvolvida tinha finalmente transformado num meio para a escravização do trabalho pelo capital.

A antítese direta do Império foi a Comuna. O grito de “República Social” com o qual a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não fez mais do que

não mais em transferir a maquinaria burocrático-militar de uma mão para outra, como foi feito até então, mas sim em quebra-la, e que esta é a pré-condição de toda revolução popular efetiva no continente. Esse é, também, o experimento de nossos heroicos correligionários de Paris” (Karl Marx, A guerra Civil na França, cit., p.208. (O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (São Paulo, Boitempo, 2011).

expressar uma vaga aspiração por uma república que não apenas suprimisse a forma monárquica da dominação de classe, mas a dominação de classe ela mesma.⁶ A Comuna foi a forma positiva desta república.

Paris, a sede central do velho poder governamental e, ao mesmo tempo, a fortaleza social da classe operária francesa, levantara-se em armas contra a tentativa de “Thiers” e dos “Rurais”⁷ para restaurar e perpetuar o velho poder governamental que lhes fora legado pelo Império. Paris apenas pôde resistir porque, em consequência do assédio, tinha se livrado do exército e o tinha substituído por uma Guarda Nacional⁸ que era, na sua massa, composta por operários. Este fato tinha agora de ser transformado numa instituição duradoura. O primeiro decreto da Comuna, por isso, foi a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado.

A Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários distritos e bairros da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria dos seus membros era formada naturalmente por operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna havia de ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi logo destituída dos seus atributos políticos e transformada no instrumento

6 *Em 1848 ocorreu na França uma revolução em fevereiro, na qual a classe operária e os republicanos burgueses derrubaram a monarquia. Desse processo surge um governo provisório, de caráter burguês, e é proclamada a II República. Os trabalhadores passam a levantar suas reivindicações de forma independente; reivindicavam uma “república social”.(nota dos editores)*

7 *Grandes proprietários de terras. Latifundiários. Muito ligados a monarquia. (Nota dos editores da apostila)*

8 *A Guarda Nacional Francesa foi uma milícia, não subordinada ao exército francês que surgiu durante a Revolução Francesa. Luís XVI estava preparando um golpe de Estado com a nobreza e o clero. Mas os rumores da conspiração se espalharam e os deputados parisienses formaram um Comitê de Vigilância e ordenaram ao povo da capital que se armasse, organizando uma Guarda Nacional. (Nota dos editores da apostila)*

da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Desde os membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser feito em troca de salários de operários. Os direitos adquiridos e os subsídios de representação dos altos cargos do Estado desapareceram com os próprios altos cargos do Estado. As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada dos fantoques do governo central. Não só a administração municipal, mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram entregues nas mãos da Comuna.

Uma vez livre do exército permanente e da polícia, elementos da força física do antigo governo, a Comuna ansiava por quebrar a força espiritual de repressão, o “poder paroquial”, pela desoficialização e expropriação de todas as igrejas enquanto corporações proprietárias. Os padres foram devolvidos ao retiro da vida privada, para terem aí o sustento das esmolas dos fiéis, à imitação dos seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de ensino foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo libertadas de toda a interferência da Igreja e do Estado. Assim, não apenas a educação foi tornada acessível a todos, mas a própria ciência foi libertada das correntes criadas pelo preconceito de classe e pelo poder governamental.

Os funcionários judiciais deviam ser privados daquela falsa independência que só tinha servido para mascarar a sua abjeta subserviência a todos os governos sucessivos, aos quais, um após outro, eles tinham prestado e quebrado juramento de fidelidade. Tal como os restantes servidores públicos, magistrados e juizes haviam de ser eleitos, responsáveis e revogáveis.

A Comuna de Paris devia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido o regime comunal em Paris e nos centros secundários, o velho governo centralizado teria de dar lugar, nas províncias também, ao autogoverno dos produtores. No singelo esboço de organização nacional que a Comuna não

teve tempo de desenvolver, estabeleceu-se claramente que a Comuna deveria ser a forma política mesmo dos mais pequenos povoados do campo, e que nos distritos rurais o exército permanente deveria ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extremamente curto. As comunas rurais de todos os distritos administrariam os seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados na cidade central do distrito e essas assembleias distritais, por sua vez, enviariam deputados à Delegação Nacional em Paris, sendo cada delegado revogável a qualquer momento e vinculado pelo mandai imperatif (mandato imperativo) dos seus eleitores. As poucas, mas importantes funções que ainda restariam a um governo central não seriam suprimidas, como foi intencionalmente dito de maneira caluniosa, mas executadas por agentes comunais, e, por conseguinte estritamente responsáveis. A unidade da nação não havia de ser quebrada, mas, pelo contrário, organizada pela Constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder de Estado, o qual pretendia ser a encarnação dessa unidade, independente e superior à própria nação, de que não era senão uma excrescência parasitária. Enquanto os órgãos meramente repressivos do velho poder estatal deveriam ser amputados, suas funções legítimas seriam arrancadas de uma autoridade que usurpava da sociedade uma posição preeminente e restituídas aos agentes responsáveis dessa sociedade.

Em vez de decidir uma vez cada três ou seis anos que membro da classe dominante que irão atraíçoar o povo no Parlamento, o sufrágio universal serviria ao povo, constituído em Comunas, assim como o sufrágio individual serve ao empregador na escolha de operários e administradores para o seu negócio. E é bem sabido que as empresas, como os indivíduos, em matéria de negócio real sabem geralmente como colocar o homem certo no lugar certo e, se alguma vez cometem um erro, como repará-lo prontamente. Por outro lado, nada poderia ser mais estranho ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal pela investidura hierárquica.

(...) O regime Comunal teria restituído ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo Estado parasita, que

se alimenta da sociedade e obstrui seu livre movimento. Este único ato bastaria para iniciar a regeneração da França.

A classe média francesa provinciana viu na Comuna uma tentativa de repetir o impulso que sua categoria social havia experimentado sob o governo de Luís Filipe e que, sob Luís Napoleão, havia sido suplantado pelo suposto predomínio do campo sobre a cidade. Na realidade, o regime Comunal colocava os produtores do campo sob a direção intelectual das cidades centrais de seus distritos, e a eles afiançava, na pessoa dos operários, os naturais procuradores dos seus interesses. A própria existência da Comuna implicava, como uma coisa evidente, autonomia municipal local, porém não mais como um contrapeso a um supérfluo poder estatal. (...) A Comuna tornou realidade o lema das revoluções burguesas — governo barato — destruindo as duas maiores fontes de gastos: o exército permanente e o funcionalismo estatal. Sua própria existência pressupunha a não existência da monarquia, a qual, pelo menos na Europa, é o suporte normal e o disfarce indispensável da dominação de classe. A Comuna dotou a República de uma base de instituições realmente democráticas. Mas nem o governo barato nem a “República verdadeira” eram a sua finalidade última. Eles eram apenas consequências.

A multiplicidade de interpretações a que a Comuna esteve sujeita e a multiplicidade de interesses que a explicaram em seu favor mostram que ela era uma forma política inteiramente flexível, ao passo que todas as formas anteriores de governo têm sido marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho.

Não fosse esta última condição, o regime Comunal teria sido uma impossibilidade e um engano. A dominação política do produtor não pode coexistir com a perpetuação da sua escravidão social. A Comuna, portanto, devia servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os

quais descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe. Emancipado o trabalho, todo o homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.

É um estranho fato. Apesar de todos os discursos e da imensa literatura que nos últimos sessenta anos tiveram como objeto a emancipação do Trabalho, seja onde for, mal os operários tomam o assunto nas suas próprias mãos com determinação, surge logo toda a fraseologia apologética dos porta-vozes da presente sociedade (...) A Comuna, exclamam eles, pretende abolir a propriedade, base de toda a civilização! Sim, senhores, a Comuna pretende abolir essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, terra e capital, hoje essencialmente meios de escravizar e explorar o trabalho, em meros instrumentos de trabalho livre e associado. — Mas isto é comunismo, comunismo “impossível”! Ora pois, aqueles membros das classes dominantes que são bastante inteligentes para perceber a impossibilidade de continuar o sistema presente — e são muitos — tornaram-se os apóstolos, importunos e de voz cheia, da produção cooperativa. Se a produção cooperativa é algo mais que uma fraude e uma armadilha, se lhe cabe substituir o sistema capitalista, se cabe às sociedades cooperativas unidas regular a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob o seu próprio controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista — que seria isto, senhores, senão comunismo, comunismo “possível”?

A classe operária não esperou milagres da Comuna. Ela não tem utopias prontas a introduzir por decreto do povo. Sabe que para realizar a sua própria emancipação — e com ela, essa forma superior de vida para qual a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, tende irresistivelmente — terá de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens. Não tem

de realizar ideais, mas libertar os elementos da sociedade nova de que está grávida a própria velha sociedade burguesa em colapso. Na plena consciência da sua missão histórica e com a resolução heroica de agir à altura dela, a classe operária pode permitir-se sorrir para a invectiva grosseira dos lacaios de pluma e tinteiro e ao patrocínio didático dos doutrinadores burgueses de boas intenções, que derramam as suas trivialidades ignorantes e as suas manias sectárias no tom oracular da infalibilidade científica.

Quando a Comuna de Paris tomou a direção da revolução nas suas próprias mãos; quando simples operários ousaram pela primeira vez infringir o privilégio governamental dos seus «superiores naturais» e, em circunstâncias de inédita dificuldade, executaram a sua obra modestamente, consciente e eficaz — executaram-na com salários, o mais elevado dos quais mal atingia, segundo uma alta autoridade científica, um quinto do mínimo requerido para uma secretária de um conselho escolar metropolitano — então, o Velho Mundo contorceu-se em convulsões de raiva, à vista da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho, a tremular sobre o Hotel de Ville.

E, contudo, era a primeira revolução em que a classe operária era abertamente reconhecida como a única classe capaz de iniciativa social, mesmo pela grande massa da classe média de Paris — lojistas, comerciantes, negociantes — excetuando-se só os capitalistas ricos. A Comuna tinha salvo aqueles por uma sagaz regulamentação dessa causa permanentemente repetida de disputa entre as próprias classes médias: o ajuste de contas entre devedores e credores⁹. A mesma parte da classe média, depois de ter ajudado a derrotar a insurreição operária de Junho de 1848, foi logo sacrificada sem cerimónias aos seus credores pela então Assembleia Constituinte¹⁰. Mas este não era o seu único motivo para se juntar agora em torno da classe

9 A comuna decretou que as dívidas de guerra deviam ser pagas num período de três anos, ao mesmo tempo que aboliu os pagamentos de juros.

10 Grande parte da pequena burguesia foi arruinada em 1848, quando a assembleia Constituinte decidiu contra a prorrogação dos vencimentos das dívidas durante as crises económicas que se seguiram à revolução.

operária. Ela sentia que só havia uma alternativa — a Comuna ou o Império — qualquer que fosse o nome com que pudesse reaparecer. O Império tinha-a arruinado economicamente pela devastação que fez da riqueza pública, (...) o verdadeiro partido da ordem da classe média apareceu na forma da “Union Républicaine”¹¹, alistando-se sob as cores da Comuna e defendendo-a contra a deturpação premeditada de Thiers. O tempo terá de mostrar se a gratidão deste grande corpo da classe média resistirá à severa prova atual.

A Comuna tinha inteira razão ao dizer aos camponeses: “A nossa vitória é a vossa única esperança”. (...) A Comuna, por outro lado, numa das suas primeiras proclamações, declarava que os verdadeiros causadores da guerra teriam de ser levados a pagar o seu custo. A Comuna teria libertado o camponês do imposto de sangue — ter-lhe-ia dado um governo barato —, teria transformado as suas atuais sanguessugas, o notário, o advogado, o oficial de diligências e outros vampiros judiciais, em agentes comunais assalariados, eleitos por ele e perante ele responsáveis. Tê-lo-ia livrado da tirania do garde champêtre “guarda rural”, do gendarme e do prefeito; teria posto o esclarecimento do professor escolar no lugar do embrutecido padre. E o camponês francês é, acima de tudo, um homem de cálculo. Teria achado extremamente razoável que o pagamento do padre, em vez de ser extorquida pelo cobrador de impostos, estivesse apenas dependente da ação espontânea dos instintos religiosos dos paroquianos. Tais eram as grandes vantagens imediatas que o governo da Comuna — e só esse governo — oferecia ao campesinato francês. (...)

Os Rurais — esta era, na verdade, sua principal apreensão — sabiam que três meses de livre comunicação da Paris comunal com as províncias levaria a uma sublevação geral dos camponeses; daí a sua ânsia em estabelecer um bloqueio

11 *Radicalmente orientada contra os versalheses. Entre suas ações, estavam a organização de grandes reuniões de solidariedade à Comuna e o desenvolvimento de um plano de transformação democrática, cujo principal objeto consistia em fortalecer a ordem republicana e garantir a independência da Comuna.*

policial em torno de Paris, a fim de deter a propagação da peste bovina.

Se a Comuna era, assim, a verdadeiro representante de todos os elementos saudáveis da sociedade francesa e, portanto, o verdadeiro governo nacional, ela era ao mesmo tempo, como governo de operários e paladino audaz da emancipação do trabalho, um governo enfaticamente internacional. Sob a mira do mesmo exército prussiano, que tinha anexado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexava à França o povo trabalhador do mundo inteiro.

(...) A Comuna concedeu a todos os estrangeiros a honra de morrer por uma causa imortal. Entre a guerra estrangeira, perdida pela traição da sua burguesia, e a guerra civil, provocada pela sua conspiração com o invasor estrangeiro, a burguesia tinha encontrado tempo para exhibir o seu patriotismo organizando caçadas policiais contra os alemães residentes na França. A Comuna fez de um operário alemão, Leo Frankel, o seu ministro do Trabalho. Thiers, a burguesia, e Segundo Império, tinham continuamente enganado a Polónia com espalhafatosas declarações de simpatia, entregando-a, na verdade, à Rússia, e fazendo o trabalho sujo desta. A Comuna honrou os filhos heroicos da Polónia (J. Dombrowski e W. Wróblewski) colocando-os à cabeça dos defensores de Paris. E, para marcar nitidamente a nova era da história que ela estava consciente de iniciar, a Comuna jogou por terra, diante dos olhos dos conquistadores prussianos, por um lado, e do exército bonapartista dirigido por generais bonapartistas, por outro, aquele símbolo colossal da glória bélica, a Coluna Vendôme¹².

A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência produtiva. As suas medidas especiais não podiam senão exprimir a tendência de um governo do povo pelo povo. Tais medidas foram a abolição do trabalho noturno dos oficiais de padaria; a proibição, com penalização, da prática dos patrões que consistia em reduzir salários cobrando multas a gente que

¹² Feita com o bronze dos canhões das guerras Napoleônicas; vista pelos communards como um símbolo do nacionalismo opressor e da guerra entre os povos. (nota dos editores)

trabalha para eles, sob variados pretextos — um processo em que o patrão combina na sua própria pessoa os papéis de legislador, de juiz e de executor, e sursurpia o dinheiro para o seu bolso. Outra medida desta espécie foi a entrega às organizações de operários, sob reserva de domínio, de todas as oficinas e fábricas fechadas, quer os capitalistas respectivos tivessem fugido quer tivessem preferido parar o trabalho.

As medidas financeiras da Comuna, notáveis pela sua sagacidade e moderação, só podiam ser as que eram compatíveis com o estado de uma cidade cercada. Considerando os roubos colossais cometidos contra os cofres da cidade de Paris pelas grandes companhias financeiras e pelos empreiteiros, com a proteção de Haussmann, a Comuna teria tido um motivo incomparavelmente melhor para lhes confiscar a propriedade do que Luís Napoleão teve contra a família Orléans. Os Hohenzollern e os oligarcas ingleses, que colheram, uns e outros, uma grande parte das suas propriedades da pilhagem da Igreja, ficaram certamente chocados quando a Comuna reteve minguados 8 mil pela secularização desses bens.

Enquanto o governo de Versalhes, mal recuperou algum ânimo e alguma força, usava os meios mais violentos contra a Comuna; enquanto suprimia a livre expressão da opinião por toda a França, proibindo reuniões de delegados das grandes cidades; enquanto submetia Versalhes e o resto da França a uma espionagem que ultrapassou de longe a do segundo Império; enquanto fazia queimar pelos seus inquisidores-gendarmes todos os jornais impressos em Paris e violava toda a correspondência que chegava ou saía de Paris; enquanto na Assembleia Nacional as mais tímidas tentativas para colocar uma palavra a favor de Paris eram esmagadas em gritaria e vaías, de uma maneira desconhecida mesmo na Chambre introuvable de 1816¹³; enquanto enfrentava uma guerra

13 Câmara rara, assim foi batizada por Luís XVIII, a título de agradecimento, a segunda câmara francesa sob a Restauração de 1815 e 1816. Aqui o termo é aplicado a Assembleia Nacional francesa – também referida como assembleia dos Rurais - com maioria de monarquistas e proprietários de terras.

selvagem dos Versalheses fora, e suas tentativas de corrupção e conspiração dentro de Paris — não teria a Comuna atraído vergonhosamente seu juramento se simulasse conservar todas as boas maneiras e aparências de liberalismo, como num tempo de profunda paz? (...)

(...)

Mas, na verdade, a Comuna não aspirava à infalibilidade, o atributo invariável de todos os governos de velho tipo. Ela publicava os seus atos e declarações, inteirava o público de todas as suas falhas.

(...)

Prodigiosa, na verdade, foi a mudança que a Comuna operou em Paris! Nem um traço daquela Paris prostituída do Segundo Império. Paris já não era o ponto de encontro dos latifundiários britânicos, dos absenteístas irlandeses, dos ex-escravistas e mercenários americanos, dos ex-proprietários de servos russos e dos boiardos valáquios. Não havia mais cadáveres no necrotério, assaltos noturnos, os furtos eram raros, pela primeira vez, desde os dias de fevereiro de 1848, as ruas de Paris eram seguras, e isto sem qualquer polícia de qualquer espécie. “Já não ouvimos falar», dizia um membro da Comuna, «de assassinatos, de roubos e nem de agressões; de fato é como se a polícia tivesse arrastado consigo para Versalhes todos os seus amigos conservadores”. As cocottes¹⁴ tinham reencontrado o rastro dos seus protetores — os homens de família, de religião e, acima de tudo, de propriedade, em fuga. Em vez daquelas, as verdadeiras mulheres de Paris apareceram de novo à superfície, heroicas, nobres e dedicadas, como as mulheres da antiguidade. A Paris operária, pensante, combatente, a sangrar — quase esquecida, na sua incubação de uma sociedade nova, dos canibais às suas portas — radiante no entusiasmo da sua iniciativa histórica!

Oposto a este mundo novo em Paris, estava o mundo velho de Versalhes — aquela assembleia de abutres de todos

14. Termo atribuído às meretrizes, prostitutas de luxo. (nota dos editores da apostila).

os regimes mortos, legitimistas e orleanistas, ávidos de se alimentarem da carcaça da nação — (...) Ali estava ela, essa Assembleia, a representante de tudo o que estava morto na França, mantida numa aparência de vida só pelos sabres dos generais de Luís Bonaparte. Paris era toda verdade, Versalhes toda mentira, mentira exalada pela boca de Thiers. (...)

IV

Simulando negociação de paz com Paris, Thiers ganhou tempo para preparar a guerra contra ela. Mas onde encontrar um exército? Os restos dos regimentos de linha eram fracos em número e inseguros em caráter. O seu apelo urgente às províncias para socorrer Versalhes, com os seus Guardas Nacionais e voluntários, encontrou uma recusa nítida. (...)

Contudo, perante a perspectiva sem esperança oferecida pela sua campanha militar, Thiers resolveu mudar a sua tática, ordenando que se realizassem eleições municipais por todo o país em 30 de abril, em base a nova lei municipal por ele próprio ditada à Assembleia Nacional. Em parte, com as intrigas dos seus prefeitos, em parte com a intimidação da polícia, ele estava confiante que com o veredito das províncias, poderia dar à Assembleia Nacional, esse poder moral que ela nunca possuiu e em conseguir, finalmente, das províncias, a força física necessária para a conquista de Paris.

(...) em 21 de março, ainda sem um exército, Thiers tinha declarado à Assembleia:

«Haja o que houver, não mandarei exército nenhum contra Paris.»

Em 27 de Março, interveio outra vez:

“Encontrei a República como um fato consumado e estou firmemente resolvido a mantê-la.” (...).

A vista das eleições municipais iminentes de 30 de abril, Thiers desempenhou em 27 de Abril uma das suas grandes cenas de conciliação. No meio de uma torrente de retórica

sentimental, exclamou da tribuna da Assembleia:

«Não há conspiração contra a República a não ser a de Paris, que nos obriga a derramar sangue francês. Não me cansarei de repetir. Deponham as armas infames das mãos que as detêm e o castigo cessará logo por um ato de clemência, de que só será excluído um pequeno número dos criminosos de direito comum. »

(...) A França, contudo, fez ouvidos moucos àquilo de que Thiers acreditava ser um canto de sereia parlamentar. Dos 700 mil conselheiros municipais eleitos pelas 35 mil comunas ainda deixadas à França, a coligação dos legitimistas, orleanistas e bonapartistas unidos não alcançaram 8 mil. As eleições suplementares que se seguiram foram ainda mais decididamente hostis. Assim, em vez de conseguir das províncias a força física tão necessária, a Assembleia Nacional perdeu mesmo a sua última pretensão a força moral: a de ser a expressão do sufrágio universal do país. Para completar a derrota, os conselhos municipais recém-eleitos de todas as cidades da França ameaçaram abertamente a Assembleia de Versalhes usurpadora com a criação de uma contra-assembleia em Bordeuax.

Chegou então, finalmente, para Bismarck, o momento de ação decisiva há muito aguardado. Intimou de forma decidida e definitiva Thiers para que enviasse a Frankfurt plenipotenciários¹⁵ para o acordo de paz definitivo. Em humilde obediência ao chamamento do seu senhor, Thiers apressou-se em despachar o seu fiel Jules Favre, seguido por Pouyer-Quertier. (...)

À chegada a Frankfurt deste requintado par de plenipotenciários, o insolente Bismarck recebeu-os imediatamente com a alternativa: ou a restauração do Império ou a aceitação incondicional dos meus próprios termos de paz! Estes termos incluíam um encurtamento dos prazos em que havia de ser paga a indenização de guerra e a ocupação continuada

15 *Agente diplomático munido de plenos poderes. (Nota dos editores da apostila).*

dos fortes de Paris pelas tropas prussianas, até que Bismarck se sentisse satisfeito com o estado de coisas na França — sendo assim reconhecida a Prússia como o árbitro supremo da política interna francesa! Em retribuição por isto, ele oferecia soltar, para a exterminação de Paris, o exército bonapartista, e prestar-lhe a assistência direta das tropas do imperador Guilherme. Ele afiançava a sua boa-fé condicionando o pagamento da primeira prestação da indenização à prévia «pacificação» de Paris. É evidente que tal isca foi afoitamente engolida por Thiers e seus plenipotenciários. Assinaram o tratado de paz a 10 de maio e fizeram-no aprovar pela Assembleia de Versalhes a 18 do mesmo mês.

(...) Assim era. A civilização e a justiça da ordem burguesa mostram à sua luz sinistra sempre que os escravos e párias desta ordem se levantam contra os seus senhores. Então esta civilização e justiça ficam à vista como selvajaria indisfarçada e vingança sem lei. Cada nova crise na luta de classes entre o apropriador e o produtor faz ressaltar esse fato com mais notoriamente. Mesmo as atrocidades dos burgueses em junho de 1848 se dissipam perante a infâmia indizível de 1871. O auto sacrifício heroico com o qual a população de Paris — homens, mulheres e crianças — combateu durante oito dias depois da entrada dos versalheses, reflete tanto a grandeza da sua causa, como os feitos infernais dessa soldadesca, reflete o espírito inato desta civilização, da qual é a defensora mercenária. Gloriosa civilização, na verdade, cujo grande problema é agora o de como se ver livre de pilhas de cadáveres que fez depois de terminada a batalha!

(...) A serena Paris operária da Comuna é bruscamente mudada num pandemônio pelos cães de caça da “Ordem”.

E o que prova essa tremenda mudança para a mente do burguês de todos os países? Ora, prova que a Comuna conspirou contra a civilização! O povo de Paris morre entusiasticamente pela Comuna em números não igualados em qualquer batalha conhecida da história. O que isso prova? Ora, prova que a Comuna não era o governo do próprio povo,

mas a usurpação de poder de um punhado de criminosos! As mulheres de Paris dão alegremente as suas vidas nas barricadas e nos campos de fuzilamento. Que é isso prova? Ora, prova que o demônio da Comuna as converteu em Megeras e Hécates! A moderação da Comuna durante os dois meses de seu governo indisputado só se iguala ao heroísmo da sua defesa. O que isso prova? Ora, prova que a Comuna escondeu cuidadosamente durante meses, sob uma máscara de moderação e humanidade, a sede de sangue dos seus instintos satânicos, para revelá-los na hora da sua agonia!

A Paris operária, no momento do seu heroico auto holocausto, envolveu em chamas edifícios e monumentos. Enquanto esquartejavam o corpo vivo do proletariado, os seus dominadores já não devem esperar retornar triunfantemente à arquitetura intacta das suas residências. O governo de Versalhes grita: “Incendiários!” E sussurra essa palavra de ordem a todos os seus agentes, chegando até ao mais remoto povoado, incitando a população à caça de seus inimigos, por toda parte, como incendiários profissionais. A burguesia do mundo inteiro, que olha complacentemente o massacre em grande escala depois da batalha, tem convulsões de horror ante a profanação do tijolo e do azulejo!

Quando governos dão licenças oficiais às suas marinhas para «matar, queimar e destruir», é isso uma licença para Incendiarismo? Quando as tropas britânicas puseram fogo por divertimento ao Capitólio, em Washington, e no palácio de Verão do imperador chinês eram incendiários? Quando os prussianos, não por razões militares, mas por mero rancor de desforra, queimaram com a ajuda de petróleo cidades como Châteaudun e inúmeras aldeias, eram incendiários? Quando Thiers, durante seis semanas, bombardeou Paris a pretexto de que queria pôr fogo apenas nas casas em que havia gente, foi ele incendiário?

— Na guerra, o fogo é uma arma tão legítima como qualquer outra. (...) A Comuna usou o fogo estritamente como um meio de defesa. Usou-o para barrar as tropas de Versalhes (...) os versalheses, no seu avanço, usaram

as suas bombas, que destruíram pelo menos tantos edifícios como o fogo da Comuna. É matéria de discussão, mesmo hoje, quais edifícios foram postos fogo pela defesa e pelo ataque. E a defesa só recorreu ao fogo quando as tropas versalheses já tinham começado o assassinato de prisioneiros em grande escala. (...)

A Comuna sabia que os seus inimigos em nada se preocupavam com as vidas do povo de Paris, mas se preocupavam muito com os edifícios em Paris que lhes pertenciam. E Thiers, por outro lado, tinha-lhe dado conhecimento de que seria implacável na sua vingança. (...)

(...) A Prússia não era, pois, beligerante. Ela desempenhou o papel de um assassino, de um assassino covarde porque não corre perigo; de um assassino de aluguel, porque negocia antecipadamente o pagamento da recompensa do seu crime, 500 milhões encharcados de sangue por ocasião da queda de Paris.

(...) Enquanto os governos europeus testemunham assim, diante de Paris, o carácter internacional da dominação de classe, difamam a Associação Internacional dos Trabalhadores — a organização internacional do trabalho contra a conspiração cosmopolita do capital — como a fonte principal de todos estes desastres (...)

“Os membros do Comité Central da Guarda Nacional, bem como a maior parte dos membros da Comuna, são os espíritos mais ativos, mais inteligentes e mais enérgicos da Associação Internacional dos Trabalhadores; ... homens que são profundamente honestos, sinceros, inteligentes, devotados, puros e fanáticos no bom sentido do termo.”

A mente burguesa policialesca imagina naturalmente, para si mesma, a Associação Internacional dos Trabalhadores age de forma conspirativa e secreta, com o seu corpo central que ordena, de tempos a tempos, explosões em diferentes países. A nossa Associação não é, de fato, senão o elo internacional entre os operários mais avançados nos vários

países do mundo civilizado. Onde quer que seja, sob que forma e sob que condições for que a luta de classes ganhe qualquer consistência, só é natural que membros da nossa Associação estejam na primeira linha. O solo a partir do qual ela cresce é a própria sociedade moderna. Ela não pode ser esmagada pela maior das carnificinas. Para a esmagarem, os governos teriam de esmagar o despotismo do capital sobre o trabalho — a condição da própria existência parasitária que é a deles.

A Paris operária com a sua Comuna será sempre celebrada como a gloriosa precursora de uma nova sociedade. Os seus mártires estão guardados como reliquias no grande coração da classe operária. E aos seus exterminadores, já a história os acorrentou àquele pelourinho eterno donde todas as orações dos seus padres não conseguirão os redimir.

Londres, 30 de maio de 1871.

Texto 3 - Comuna de Paris: mulheres parindo um mundo novo

Andrea D'Atri

Genealogia de lutadoras

Na época da Comuna, na França, as mulheres já tinham uma longa tradição de participação em lutas revolucionárias. Em 1789, durante a grande Revolução Francesa, as mulheres da burguesia haviam assumido reivindicações políticas e de direitos civis, enquanto as mulheres em bairros pobres desempenhavam um papel importante nas manifestações contra a carestia e a fome. Em 5 de outubro de 1789, as mulheres de Les Halles e Saint Antoine, dois bairros populosos de Paris, exigiram pão do município e marcharam até Versalhes, onde estavam os reis, convertendo esta marcha em um dos motores das mobilizações revolucionárias que desembocaram nos acontecimentos históricos conhecidos pelo nome de Revolução Francesa. Como em outros processos históricos, a grande Revolução Francesa, que envolveu todas as classes, todos os setores sociais em

sua luta contra o absolutismo, começou com uma revolta encabeçada por mulheres dos bairros operários de Paris.

Estas mulheres voltam a ser protagonistas das mobilizações populares em janeiro de 1792, rebelando-se contra a escassez e carestia do açúcar. Um ano mais tarde, em 1793, uma revolta iniciada pelas lavadeiras retoma as agitações populares contra agiotas e especuladores. Durante todos estes anos, permaneciam excluídas de qualquer tipo de participação na luta armada. As mulheres da burguesia e outras mulheres dos setores populares urbanos desenvolveram sua militância contra as forças contrarrevolucionárias em clubes femininos que, a exemplo das sociedades fraternas masculinas, atacavam duramente o clero e a nobreza, alguns chegando inclusive a jurar – como é o caso da associação das jovens de Nantes – que jamais se casariam com aristocratas.

Porém, após as primeiras tentativas de organização das mulheres nos clubes patrióticos e revolucionários, o império de Napoleão limitou o movimento, reprimindo toda manifestação pública e fechando os clubes.

Seu Código Civil de 1804, um dos instrumentos burgueses mais restritivos para o status social das mulheres, as despojavam de qualquer direito, submetendo-as inteiramente ao pai ou marido. Não reconhecia as uniões consensuais e os filhos nascidos de tais relações eram considerados bastardos. As mulheres estavam privadas do direito de voto e as trabalhadoras sofriam ainda mais com a exploração e com as condições miseráveis de vida. O código estabelecia que as mulheres eram propriedade do marido e seu papel social era unicamente o de ser mãe.

(...)

Anos mais tarde, durante a Primavera dos Povos em 1848, se destaca a presença de trabalhadoras, de inspiração socialista e comunista, que reivindicavam a igualdade para as mulheres associada à emancipação de classe, à superação da

ordem existente.

Todavia, essa experiência na luta de classes na França foi um caldo revolucionário para as mulheres que, em 1871, viram na Comuna a possibilidade de conquistar uma república social com igualdade de direitos.

Batalhões femininos, mulheres nas barricadas

(...)

Em 18 de março de 1871, as mulheres foram as primeiras a dar o alarme de que as tropas do governo tentavam retirar as armas das colinas de Montmartre e desarmar Paris. Postaram-se diante das tropas e impediram que as armas fossem retiradas, chamando o proletariado e a Guarda Nacional para defender a cidade.

Assim, começou há 140 anos, o gesto heroico do proletariado parisiense: a Comuna de Paris. A comunarda Louise Michel relatou:

Eu desci do monte, com a minha espingarda sob o casaco, gritando: Traição! Nós pensávamos morrer pela liberdade. Nos sentíamos como se nossos pés não tocassem o chão. Se morrêssemos, Paris haveria se erguido. De repente, vi minha mãe perto de mim e senti uma terrível ansiedade, inquieta, tinha chegado, e todas as mulheres estavam lá. Interpondo-se entre nós e os militares, as mulheres lançaram-se sobre os canhões e metralhadoras, os soldados permaneceram imóveis. A revolução estava feita (Michel, 1973).

(...) Levantando uma bandeira vermelha no mastro do conselho, o primeiro governo operário e popular da história, rapidamente (...) proclamou a igualdade de direitos para as mulheres. A Comuna foi um brilhante exemplo de como o proletariado pode cumprir as tarefas democráticas que a

burguesia só pode declamar.

(...)

Mulheres corajosas participaram ardentemente da Comuna, empunhando as armas, resistindo contra tropas francesas e prussianas, até que a derrota impôs a morte em combate, as deportações e as execuções.

As mulheres, como em todas as batalhas da história, fizeram uniformes, trataram dos feridos, deram suprimentos aos soldados. Milhares de mulheres costuravam os sacos para construir barricadas. Criaram, igualmente, cooperativas e sindicatos, clubes políticos; participaram exigindo direitos iguais e fizeram suas próprias organizações como o Comitê das Mulheres de Monitoramento, o Clube da Revolução Social e a União das Mulheres para a Defesa do Paris, fundada por membros da Primeira Internacional, influenciada pelo pensamento de Karl Marx.

E também foi na Comuna que, pela primeira vez, cerca de três mil mulheres trabalharam nas fábricas de armas e munições, construíram barricadas e recolheram as armas dos mortos para continuar lutando e formaram um batalhão feminino da Guarda Nacional, composto por 120 mulheres que lutaram nas barricadas de Paris durante a última semana de resistência da Comuna, quando todos morreram em combate.

Eram trabalhadoras, mulheres de bairros pobres, pequenas comerciantes, professoras, prostitutas e “suburbanas”. Estas mulheres organizaram clubes revolucionários, como o Comitê de Vigilância das Cidadãs e a União das Mulheres para a Defesa de Paris, assim como haviam feito antes as mulheres na Revolução Francesa de 1789. Mas, ao contrário das mulheres que participaram da Grande Revolução, desta vez, as que assim quiseram contaram com as armas que os proletários parisienses não as negaram empunhar, como as haviam impedido os revolucionários burgueses.

No início de abril, os jornais publicaram uma chamada na qual as parisienses foram solicitadas a apoiar a luta dos seus

maridos e irmãos e também pegar em armas. Tratava-se da chamada de Elizabeth Dimitrieff, representante que a Primeira Internacional enviou a Paris. Dimitrieff incitou a criação de comitês de mulheres em todos os distritos para formar a União das Mulheres para a defesa de Paris.

Esta organização reivindicou espaço para reuniões comunitárias e dinheiro para publicar panfletos. A União das Mulheres organizou numerosas assembleias públicas; suas comissões organizavam o fornecimento de alimentos, enviavam ambulâncias e atendiam os feridos.

Quando o governo da Comuna decretou que as oficinas abandonadas deviam se transformar em cooperativas de trabalhadores, a União das Mulheres exigiu a participação das trabalhadoras:

(...)

Em 21 de maio, as tropas comandadas por Versalhes invadiram Paris dando início à Semana Sangrenta. Os testemunhos da época dizem que quando a Comuna caiu, as mulheres, furiosas com o massacre, bateram nos oficiais militares e, em seguida, se atiraram contra as paredes à espera de serem fuziladas. A proprietária de um restaurante foi julgada por ter roubado uma loja de estátuas para igrejas, com o propósito de construir uma barricada. “Você usou as estátuas dos santos para levantar uma barricada?”, perguntou o juiz. “Sim, é verdade. Mas as estátuas eram feitas de pedra e os que morreram eram da carne”, disse a comunarda.

Data desta época a lenda das incendiárias, embora as investigações difiram em afirmar se os incêndios que ocorreram em várias partes da cidade foram causados por forças contrarrevolucionárias ou se foram as mulheres, que resistiram até o último dia nas barricadas, que botaram fogo em Paris. Foram elas que pagaram com a deportação, prisão e sua própria vida, passando para a história como incendiárias. A República se

propôs a sufocá-las.

(...)

Finalmente, quando veio a derrota dos comunardos heroicos, as mulheres da burguesia voltaram para suas casas e andaram pelas ruas de Paris com alegria pelo retorno da “ordem”, molhando, como mostraram algumas gravuras da época, as pontas de seus guarda-chuvas no sangue ainda fresco daqueles homens e mulheres que, tragicamente, tornaram-se mártires.

Como não é difícil avaliar, a unidade com as mulheres burguesas era impossível. Nas barricadas, duas classes se confrontavam abertamente e as mulheres se alinharam de acordo com seus interesses de classe para os dois lados da linha de fogo.

(...)

Sem voltar atrás

(...)

Neste novo período histórico, como é observado por várias autoras, tanto nas lutas e nas novas formas de organização social, as mulheres trabalhadoras e dos setores populares foram uma vanguarda importante entre as massas. Elas “empurraram para a frente” e foram além da luta enfrentada com outras mulheres que, outrora, haviam sido suas aliadas. O acirramento do antagonismo de classe, à frente da luta das mulheres por seus direitos, as dividiu em duas grandes tendências (...)

A significativa participação das mulheres na Comuna de Paris revolucionou o movimento operário francês, que abandonou sua marca antifeminista proudhoniana e começou a ter uma atitude mais aberta com as mulheres politicamente ativas da classe trabalhadora.

(...)

Diante de cada revolta da classe trabalhadora, em todos os acontecimentos da luta de classes e em todas as partes do

mundo, sempre que os explorados enfrentam a opressão, as mulheres ocupam um lugar de vanguarda, como fizeram na Comuna de Paris. É que, tal como dizia o revolucionário Leon Trotsky, os que mais sofrem com o velho são aqueles que lutam com mais fervor pelo novo. Ou, nas palavras da comunarda Louise Michel (1973): “Cuidado com as mulheres quando se sentem enojadas de tudo o que as rodeia e se levantam contra o velho mundo. Nesse dia nascerá o novo mundo.”

Texto 4 - Introdução de Friedrich Engels à Edição de 1891, de “A guerra Civil na França” ¹⁶

(...)

¹⁷Se hoje, vinte anos depois, olharmos para trás, para a atividade e significado histórico da Comuna de Paris de 1871, concluímos ser necessário fazer alguns acréscimos à exposição apresentada em A Guerra Civil na França.

Os membros da Comuna dividiam-se numa maioria, os blanquistas¹⁸, que também tinham predominado no Comitê Central da Guarda Nacional, e numa minoria: os

16 A presente introdução foi escrita para a terceira edição alemã do trabalho de Marx A Guerra Civil na França, publicada em 1891 para comemorar o vigésimo aniversário da Comuna de Paris. Depois de apontar o significado histórico da experiência da Comuna de Paris e da sua generalização teórica por Marx em A Guerra Civil em França, Engels, na sua introdução, acrescentou um certo número de dados referentes à história da Comuna de Paris, em particular sobre a atividade dos blanquistas e dos proudhonistas participantes na Comuna. Nesta edição Engels incluiu a primeira e a segunda mensagens, escritas por Marx, do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana, que nas edições posteriores nas diferentes línguas foram também publicadas juntamente com A Guerra Civil em França.

17 A presente introdução não está aqui na íntegra, mas apenas a parte final em que Engels faz acréscimos ao texto, e discute os limites da Comuna.

18 Blanquistas: partidários da corrente do movimento socialista francês chefiada por Louis Auguste Blanqui, destacado revolucionário, representante do comunismo utópico francês. O lado fraco dos blanquistas era a sua convicção de que a revolução poderia ser realizada por um pequeno grupo de conspiradores, a sua incompreensão da necessidade de atrair as massas operárias para o movimento revolucionário.

membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, predominantemente seguidores da escola socialista de Proudhon¹⁹. Os blanquistas, na grande massa, eram então socialistas só por instinto revolucionário, proletário; só uns poucos tinham chegado a uma maior clareza de princípios, através de Vaillant, que conhecia o socialismo científico alemão. Assim se compreende que, no aspecto econômico, tenha-se deixado de fazer muitas coisas que, segundo nossa visão atual, a Comuna deveria ter feito. O mais difícil de compreender é, certamente, o sagrado respeito com o qual ficou respeitosa e parada às portas do Banco da França. Esse foi, também, um terrível erro político. O Banco nas mãos da Comuna — isso valia mais do que dez mil reféns. Significava a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes em fazer a paz com a Comuna. Mas o que é mais admirável é o acerto de tantas medidas tomadas pela Comuna, composta como era, por blanquistas e proudhonianos. Naturalmente, os proudhonianos são responsáveis em primeira linha pelos

19 *Um dos fundadores do anarquismo. Encarcerado por suas atividades, depois da revolução de 1848 Proudhon foi nomeado membro da Assembleia Constituinte. Após o golpe de Estado de Luís Napoleão, refugiou-se na Bélgica, onde permaneceu até a morte. Ao criticar a grande propriedade capitalista de acordo com sua posição pequeno-burguesa, Proudhon aspira perpetuar a pequena propriedade privada, propunha organizar o Banco do Povo e o Banco do Câmbio, com ajuda dos quais obteriam os operários – segundo ele – seus próprios meios de produção, se converteriam em artesãos e assegurariam a venda “equitativa” de seus produtos. Proudhon não compreendia o papel histórico e o significado do proletariado e negava a luta de classes, a revolução proletária e a ditadura do proletariado. Como anarquista, negava, também, a necessidade do Estado. Marx e Engels mantivera, uma luta consequente contra as tentativas de Proudhon de impor suas ideias à I Internacional. O proudhonismo foi submetido a uma crítica demolidora na obra de Karl Marx: “Miséria da Filosofia”. A luta determinada de Karl Marx e F. Engels e seus partidários contra o proudhonismo terminou com a completa vitória do marxismo na I Internacional. As ideias do proudhonismo são utilizadas em grande escala pelos “teóricos” burgueses para defenderem a colaboração entre as classes. Fonte: Lênin - Obras Escolhidas em 6 Tomos e Karl Marx - Miséria da Filosofia*

decretos econômicos da Comuna, pelos seus aspectos gloriosos como pelos não gloriosos, assim como os blanquistas pelos seus atos e omissões de carácter político. E, em ambos os casos, quis a ironia da história — como de costume, quando doutrinários chegam ao poder — que tanto uns quanto os outros fizessem o contrário daquilo que suas escolas doutrinárias prescreviam.

Proudhon, o socialista do pequeno-camponês e do mestre-artesão, odiava a associação com positivo ódio. Ele dizia haver nela mais mal do que bem, que era por natureza infrutífera, por ser uma amarra imposta à liberdade do operário; que era puro dogma, improdutivo e opressivo, em oposição tanto a liberdade do operário como à economia do trabalho e que as suas desvantagens cresceriam mais depressa do que as suas vantagens; que a concorrência, a divisão do trabalho, a propriedade privada, seriam, frente a ela, forças econômicas. Só para os casos excepcionais — como Proudhon lhes chama — da grande indústria e dos grandes corpos de empresas, como ferrovias, por exemplo, seria indicada a associação dos operários. (C.F “Idée générale de la révolution, 3. étude).

E, em 1871, mesmo em Paris, lugar central da produção artesanal, a grande indústria tinha de tal modo deixado de ser um caso excepcional, que o decreto de longe mais importante da Comuna instituía uma organização da grande indústria e até mesmo da manufatura, que não só devia basear-se na associação dos operários em cada fábrica mas unificar também todas estas associações numa grande federação; em resumo, uma organização que, como diz Marx de maneira inteiramente correta em a Guerra Civil, tinha de acabar por desembocar no comunismo, por conseguinte, no oposto direto da doutrina de Proudhon. E por isso, também, a Comuna foi o túmulo da escola proudhoniana do socialismo. Esta escola hoje desapareceu dos círculos operários franceses; aqui domina agora de maneira incontroversa a teoria de Marx, entre os possibilistas não menos do que entre os «marxistas». Só entre a burguesia «radical» há ainda proudhonianos.

Os blanquistas não se saíram melhor. Educados na

escola da conspiração, mantidos coesos pela rígida disciplina que àquela corresponde, partiam da opinião que um número relativamente pequeno de homens decididos, bem organizados, seria capaz, num dado momento favorável, não só de tomar o leme do Estado, mas também, pelo desdobramento de grande, de implacável energia, de o conservar até se conseguir arrastar a massa do povo para a revolução e agrupá-la em torno do pequeno núcleo dirigente. Para isso era necessária, antes de todas as coisas, a centralização mais estrita, ditatorial, na mão do novo governo revolucionário. O que fez a Comuna, que na maioria era precisamente composta por estes blanquistas? Em todas as suas proclamações aos franceses da província, ela os conclamavam a formar uma livre federação de todas as comunas francesas com Paris, a uma organização nacional que, pela primeira vez, seria obra de toda a nação. Precisamente o poder repressivo do governo centralizado anterior — exército, polícia política, burocracia — que Napoleão tinha criado em 1798 e que, desde então, cada novo governo tinha retomado como instrumento e utilizado contra os seus adversários, era precisamente esse poder que deveria cair por toda a parte, como já tinha caído em Paris.

A Comuna teve mesmo de reconhecer, desde o início, que a classe operária, uma vez no poder, não podia continuar a administrar a velha máquina de Estado; que esta classe operária, para não perder de novo a sua própria dominação, recém conquistada, tinha, por um lado, de eliminar a velha maquinaria de opressão até aí utilizada contra ela, mas, por outro lado, tinha de proteger-se de seus seus próprios deputados e funcionários, ao declarar estes, sem qualquer exceção, revogáveis a todo o momento. Em que consistia a qualidade característica do Estado, até então existente? A sociedade tinha criado originalmente os seus órgãos próprios, por simples divisão de trabalho, para cuidar dos seus interesses comuns. Mas estes órgãos, cuja cúpula é o poder de Estado, tinham-se transformado com o tempo, em órgãos a serviço dos seus próprios interesses particulares, de servidores da sociedade passaram a senhores dela. Como se pode ver, por exemplo, não somente na monarquia hereditária,

mas igualmente na república democrática. Em parte alguma os «políticos» formam um destacamento da nação mais separado e mais poderoso do que precisamente na América do Norte. (...)

Contra esta transformação, inevitável em todos os Estados até agora existentes, do Estado e dos órgãos do Estado, de servidores da sociedade em senhores da sociedade, aplicou a Comuna dois meios infalíveis. Em primeiro lugar, ocupou todos os cargos administrativos, judiciais, docentes, por meio de eleição por sufrágio universal dos interessados, e mais, com revogação a todo o momento por estes mesmos interessados. E, em segundo lugar, ela pagou por todos os serviços, grandes e pequenos, apenas o salário que outros operários recebiam. O salário mais elevado que ela pagava era de 6 mil francos. Assim se fechou a porta, eficazmente, para a caça dos cargos e à ganância da promoção, mesmo sem os mandatos imperativos que, além do mais, no caso dos delegados para corpos representativos ainda foram acrescentados.

(...) Segundo a representação filosófica, o Estado é a «realização da Ideia», ou o reino de Deus na terra traduzido para o filosófico, domínio onde se realizam ou devem realizar-se a verdade e a justiça eternas. E daí resulta, pois, uma veneração supersticiosa do Estado e de tudo o que com o Estado se relaciona, a qual aparece tanto mais facilmente quanto se está habituado, desde criança, a imaginar que os assuntos e interesses comuns a toda a sociedade não poderiam ser tratados de outra maneira do que como têm sido até aqui, ou seja, pelo Estado e pelas suas autoridades bem providas. E crê-se ter já dado um passo imensamente audaz quando alguém se liberta da crença na monarquia hereditária e jura pela república democrática. Mas, na realidade, o Estado não é outra coisa senão uma máquina para a opressão de uma classe por uma outra e, de fato, na república democrática não menos do que na monarquia; no melhor dos casos, um mal que é legado ao proletariado vitorioso na luta pela dominação de classe e cujos piores aspectos ele não poderá deixar de eliminar o mais prontamente possível, tal como no caso da Comuna, até que

uma geração crescida em novas e livres condições sociais, se torne capaz de se desfazer de todo o lixo do Estado.

O filisteu socialdemocrata alemão caiu recentemente, outra vez, em salutar terror, à palavra: ditadura do proletariado. Ora bem, senhores, quereis saber que rosto tem esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado.

Londres, 20º aniversário da Comuna de Paris, 18 de março de 1891.

F. Engels

Texto 5 - Carta de Marx a Ludwig Kugelman

Londres, 12 de Abril de 1871

(...) A história não tem nenhum exemplo semelhante de grandeza! Se derrotados a culpa será só da sua «benevolência». Havia que marchar imediatamente para Versalhes depois para Vinoy e, logo em seguida, quando a parte reacionária da própria Guarda Nacional de Paris abandonaram o terreno. Perdeu-se o momento certo por escrúpulos de consciência. Não se queria iniciar a guerra civil, como se o mischievous avorton (anão maldito) de Thiers não tivesse já iniciado a guerra civil com a sua tentativa de desarmamento de Paris! Segundo erro: o Comité Central renunciou demasiado cedo ao seu poder, para ceder o lugar à Comuna²⁰. De novo por escrupulosidade excessivamente «honesta»! Seja como for, a atual sublevação de Paris, mesmo que derrotada face aos lobos, porcos e rafeiros da velha sociedade, é o feito mais glorioso do nosso partido desde a insurreição de Junho parisiense. (...)

Texto 6 - Lições da Comuna – Leon Trotsky

(1921)

A Comuna nos mostrou o heroísmo das massas operárias, sua capacidade para unir-se como um bloco, sua virtude para sacrificar-se pelo futuro... Mas ao mesmo tempo, revelou a incapacidade das massas para encontrar seu caminho, sua indecisão para dirigir o movimento, sua fatal inclinação a deter-se depois dos primeiros êxitos permitindo desse modo que o inimigo se recupere e retome suas posições.

(...) O partido operário – o verdadeiro – não é um instrumento de manobras parlamentares, é a experiência acumulada e organizada do proletariado. Somente com a ajuda

20 Quando Marx cita a “Comuna” está falando do Conselho Geral da Comuna, um espécie de reunião, uma federação de membros eleitos nos bairros, que era o órgão de poder da Comuna (que seria um órgão ideal, mas para os tempos de paz). No início, a Comuna era comandada pelo Comitê Central da Guarda Nacional, órgão centralizado e disciplinado, pelos principais dirigentes dos batalhões da guarda nacional. (Nota dos editores da apostila).

do partido, que se apoia em toda a sua história passada, que prevê teoricamente a direção que tomarão os acontecimentos, suas etapas, e define as linhas precisas de atuação, pode o proletariado libertar-se da necessidade de recomeçar constantemente sua história: suas dúvidas, sua indecisão, seus erros.

(...) Se em 18 de março o poder passou às mãos do proletariado de Paris, não foi porque este se apoderasse dele conscientemente, senão porque seus inimigos haviam abandonado a capital.

Estes últimos vinham perdendo terreno constantemente, os operários os desprezavam e detestavam, haviam perdido a confiança na pequena burguesia e os grandes burgueses temiam que já não poderiam ser defendidos. Os soldados enfrentavam seus oficiais. O governo fugiu de Paris para concentrar suas forças. Então o proletariado se fez dono da situação.

Mas não o compreendeu senão no dia seguinte. A revolução lhe caiu em cima sem que o esperasse.

Este primeiro êxito foi uma nova fonte de passividade. O inimigo havia fugido para Versalhes. Acaso isso não era uma vitória? Nesses momentos se poderia esmagar o bando governamental sem derramamento de sangue. Em Paris, poderiam deter todos os ministros, começando por Thiers. Ninguém moveria um dedo para defendê-los. Isso não foi feito. Não havia um partido organizado centralizadamente, capaz de uma visão de conjunto sobre a situação e com órgãos especiais para tomar as decisões.

Os restos da infantaria não queriam retroceder a Versalhes. O vínculo que ligava oficiais e soldados era muito frágil. Se tivesse existido em Paris um centro dirigente de partido, teria introduzido entre as tropas em retirada – dado que havia possibilidade de retirada – algumas centenas ou ao menos umas dezenas de operários leais, aos quais se haveria dado instruções para alimentar o descontentamento dos soldados contra os oficiais e aproveitar o primeiro momento

psicológico favorável para libertar a tropa de seus superiores e conduzi-la a Paris para unir-se ao povo. Seria fácil fazer isso, segundo confessaram inclusive os partidários de Thiers. Porém ninguém pensou nisso. Não havia ninguém que pensasse. Nos grandes acontecimentos, por outro lado, tais decisões só podem ser tomadas por um partido revolucionário que espera uma revolução, se prepara, se mantém firme, um partido que está habituado a ter uma visão de conjunto e não tem medo de agir.

E precisamente, o proletariado francês carecia de um partido de combate.

O Comitê Central da Guarda Nacional era, de fato, um Conselho de Deputados dos operários armados e da pequena burguesia. Tal Conselho, eleito diretamente pelas massas que haviam entrado no caminho da revolução, representa uma excelente estrutura executiva. Mas ao mesmo tempo, e justamente por causa da sua ligação imediata e elementar com as massas que se encontravam tal e como a revolução as encontrou, reflete não só os pontos fortes das massas, senão também suas debilidades, e reflete, sobretudo, as debilidades: evidente indecisão, titubeios, tendência à inatividade depois dos primeiros êxitos.

O Comitê Central da Guarda Nacional necessitava ser dirigido. Era indispensável dispor de uma organização que encarnasse a experiência política do proletariado e estivesse presente por todas as partes – não só no Comitê central, senão nas legiões, nos batalhões, nas camadas mais profundas do proletariado francês. Por meio do Conselho dos Deputados – que neste caso eram órgãos da Guarda Nacional – o partido poderia estar continuamente em contato com as massas, medindo assim seu estado de ânimo; seu centro dirigente poderia lançar diariamente uma consigna que os militantes do partido difundiriam entre as massas, unindo seu pensamento e sua vontade.

Assim que o governo retrocedeu sobre Versalhes, a Guarda Nacional se apressou a declinar de toda a

responsabilidade, precisamente quando esta responsabilidade era enorme. O comitê central imaginou eleições “legais” para a Comuna. Entabulou conversações com os conselheiros de Paris para cobrir-se, pela direita, com a “legalidade”.

Se ao mesmo tempo se houvesse preparado um ataque violento contra Versalles, as conversações com os conselheiros significariam uma astúcia militar plenamente justificada e de acordo com os objetivos. Porém, na realidade essas conversações se mantiveram para tentar que um milagre evitasse a luta. Os radicais pequeno-burgueses e os socialistas idealistas, respeitando a “legalidade” e as figuras que encarnavam uma parcela de estado “legal”, deputados, conselheiros, etc; esperavam, desde o mais profundo do seu coração, que Thiers se deteria respeituosamente ante a Paris revolucionária, tão logo esta houvesse se dotado de uma Comuna “legal”.

(...) Em resumo, isso não foi mais que uma tentativa para substituir a revolução proletária que estava se desenvolvendo por uma reforma pequeno burguesa: a autonomia comunal. A verdadeira tarefa revolucionária consistia em assegurar ao proletariado o poder em todo o país. Paris devia servir de base, ponto de apoio, praça de armas. Para alcançar este objetivo era preciso derrotar Versalles sem perda de tempo e enviar para toda França agitadores, organizadores, forças armadas. Era necessário entrar em contato com os simpatizantes, reafirmar-se aos que tinham dúvidas, e quebrar a oposição dos adversários. Mas ao invés desta política de ofensiva e agressão, a única que podia salvar a situação, os dirigentes de Paris tentaram limitar-se à sua autonomia comunal: eles não atacariam aos demais se estes não os atacassem.

(...) Podemos folhear página por página toda a História da Comuna e encontraremos uma só lição: é necessária a enérgica direção de um partido. O proletariado francês havia se sacrificado pela revolução como nenhum outro. Mas também havia sido mais enganado que os outros. A burguesia o deslumbrou muitas vezes com todas as cores do republicanismo, do radicalismo, do socialismo, para amarrá-lo às cadeias do capitalismo. Por meio

de seus agentes, seus advogados e seus jornalistas, a burguesia levantou uma grande quantidade de fórmulas democráticas, parlamentares, autonomistas, que não são mais que as correntes com os quais ata os pés do proletariado e impede seu avanço.

(...) Aos lutadores de 71 não faltou heroísmo. O que lhes faltava era clareza no método e uma organização dirigente centralizada. Por isso foram derrotados.

Texto 7 - Decretos da Comuna de Paris

A Comuna foi um brilhante exemplo de como o proletariado pode cumprir as tarefas democráticas que a burguesia só pode declamar. Fez em poucos dias o que os velhos governos burgueses não fizeram em anos.

Artigo I. As velhas autoridades de tutela, criadas para oprimir o povo de Paris, são abolidas, tais como: comando da polícia, governo civil, câmaras e conselho municipal. E as suas múltiplas ramificações: comissariados, esquadras, juízes de paz, tribunais etc. são igualmente dissolvidas.

Artigo II. A comuna proclama que dois princípios governarão os assuntos municipais: a gestão popular de todos os meios de vida coletiva; a gratuidade de tudo o que é necessário e de todos os serviços públicos.

Artigo III. O poder será exercido pelos conselhos de bairro eleitos. São eleitores e elegíveis para estes conselhos de bairro todas as pessoas que nele habitem e que tenham mais de 16 anos de idade.

Artigo IV. Sobre o problema da habitação, tomam-se as seguintes medidas: expropriação geral dos solos e sua colocação à disposição comum; requisição das residências secundárias e dos apartamentos ocupados parcialmente; são proibidas as profissões de promotores, agentes de imóveis e outros exploradores da miséria geral; os serviços populares de habitação trabalharão com a finalidade de restituir verdadeiramente à população parisiense o caráter trabalhador

e popular.

Artigo V. Sobre os transportes, tomam-se as seguintes medidas: os ônibus, os trens suburbanos e outros meios de transporte público são gratuitos e de livre utilização; o uso de veículos particulares é proibido em toda a zona parisiense, com exceção dos veículos de bombeiros, ambulâncias e de serviço à domicílio; a Comuna põe à disposição dos habitantes de Paris um milhão de bicicletas cuja utilização é livre, mas não poderão sair da zona parisiense e de seus arredores.

Artigo VI. Sobre os serviços sociais, tomam-se as seguintes medidas: todos os serviços ficam sob controle das juntas populares de bairro e serão geridos em condições paritárias pelos habitantes de bairro e os trabalhadores destes serviços; as visitas médicas, consultas e assistência médica e medicamentos serão gratuitos.

Artigo VII. A Comuna proclama a anistia geral e a abolição da pena de morte e declara que a sua ação se baseia nos seguintes princípios: dissolução da polícia municipal, dita polícia parisiense; dissolução dos tribunais e tribunais superiores; transformação do Palácio da Justiça, situado no centro da cidade, num vasto recinto de atração e de divertimento para crianças de todas as idades; em cada bairro de Paris é criada uma milícia popular composta por todos os cidadãos, homens e mulheres, de idade superior a 15 anos e inferior a 60 anos, que habitem o bairro; são abolidos todos os casos de delitos de opinião, de imprensa e as diversas formas de censura: política, moral, religiosa etc; Paris é proclamada terra de asilo e aberta a todos os revolucionários estrangeiros, expulsos [de suas terras] pelas suas ideias e ações.

Artigo VIII. Sobre o urbanismo de Paris e arredores, consideravelmente simplificado pelas medidas precedentes, tomam-se as seguintes decisões: proibição de todas as operações de destruição de Paris: vias rápidas, parques subterrâneos etc; criação de serviços populares encarregados de embelezar a cidade, fazendo e mantendo canteiros de flores em todos os locais onde a estupidez levou à solidão, à

desolação e ao inabitável; o uso doméstico (não industrial nem comercial) da água, da eletricidade e do telefone é assegurado gratuitamente em cada domicílio; os contadores são suprimidos e os empregados são colocados em atividades mais úteis.

Artigo IX. Sobre a produção, a Comuna proclama que: todas as empresas privadas (fábricas, grandes armazéns) são expropriadas e os seus bens entregues à coletividade; os trabalhadores que exercem tarefas predominantemente intelectuais (direção, gestão, planificação, investigação etc.) periodicamente serão obrigados a desempenhar tarefas manuais; todas as unidades de produção são administradas pelos trabalhadores em geral e diretamente pelos trabalhadores da empresa, em relação à organização do trabalho e distribuição de tarefas; fica abolida a organização hierárquica da produção; as diferentes categorias de trabalhadores devem desaparecer e desenvolver-se a rotatividade dos cargos de trabalho; a nova organização da produção tenderá a assegurar a gratuidade máxima de tudo o que é necessário e diminuir o tempo de trabalho. Devem-se combater os gastadores e parasitas. Desde já são suprimidas as funções de contramestre, cronometrista e supervisor.

Artigo X. Os trabalhadores com mais de 55 anos que desejem reduzir ou suspender sua atividade profissional têm direito a receber integralmente os seus meios de existência. Este limite de idade será menor em relação a trabalhos particularmente custosos.

Artigo XI. É abolida a escola “velha”. As crianças devem sentir-se como em sua casa, aberta para a cidade e para a vida. A sua única função é a de torná-las felizes e criadoras. As crianças decidem a sua arquitetura, o seu horário de trabalho e o que desejam aprender. O professor antigo deixa de existir: ninguém fica com o monopólio da educação, pois ela já não é concebida como transmissão do saber livresco, mas como transmissão das capacidades profissionais de cada um.

Artigo XII. A submissão das crianças e da mulher à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à

autoridade do chefe, é declarada morta. O casal constitui-se livremente com o único fim de buscar o prazer comum. A Comuna proclama a liberdade de nascimento: o direito de informação sexual desde a infância, o direito do aborto, o direito à anticoncepção. As crianças deixam de ser propriedades de seus pais. Passam a viver em conjunto na sua casa (a Escola) e dirigem sua própria vida.

Artigo XIII. A Comuna decreta: todos os bens de consumo, cuja produção em massa possa ser realizada imediatamente, são distribuídos gratuitamente; são postos à disposição de todos nos mercados da Comuna.

Anexo: Leitura Complementar

A Comuna de Paris (1871): precursora da Comuna de Petrogrado (1917) –(trechos)

FRANCESCO RICCI

O partido é a “pedra-chave” ausente em 1871

Em Paris, em 1871, não havia um partido como foi o bolchevique. Marx era consciente desta falta fundamental e por isso, logo depois da proclamação da república, em setembro de 1870, sugere aos operários uma atitude de oposição ao governo burguês, mas não para derrubá-lo imediatamente: “Utilizem com calma e firmeza todas as possibilidades oferecidas pela liberdade republicana para trabalhar em sua organização de classe. Isto lhes dará novas forças hercúleas (...) para nosso objetivo comum, a emancipação do trabalho”. Em Paris, na seção francesa da Internacional, existiam diversas correntes além da marxista: proudhonistas, proudhonistas de esquerda (ligados a Bakunin). Na Comuna prevaleciam as posições de blanquistas e neojacobinos.

As tendências do movimento operário na Paris de 1871

Estes nomes dizem pouco ao leitor atual, porque são tendências já desaparecidas: e foi a própria experiência prática da Comuna que contribuiu para sua dissolução. Os proudhonistas eram os seguidores de Proudhon (pai do anarquismo e de tantas outras variantes do reformismo que devemos aguentar até hoje), contra quem Marx havia lutado durante décadas, e com o qual havia polemizado já em 1847 com A miséria da filosofia. Proudhon já estava morto na época da Comuna (morreu em 1865), mas a influência de sua tendência era ainda muito forte na França, e fortes eram suas posições contra ideias de centralismo e de ditadura. A essência do proudhonismo consistia, segundo Marx, em procurar remediar os males do capitalismo para assegurar a sobrevivência do próprio

capitalismo, reformando-o.

De sua ala esquerda estavam desenvolvendo-se na França as posições anarquistas dos seguidores de Bakunin. Teorizavam, como sujeito revolucionário, no lugar da classe operaria, a “canalha”, isto é, o sub- proletariado, e eram defensores da “extinção” do Estado e adversários da ditadura do proletariado. Os bakuninistas defendiam o “abstencionismo político do proletariado e eram contrários ao conceito de um partido para a conquista do poder, definiam-se “antiautoritários” e queriam uma Internacional federativa. Eram, em resumo, exatamente o oposto dos marxistas.

Fora da Internacional existiam, ainda, os neojacobinos, que reivindicavam as posições de Robespierre e de Marat e que enfrentavam, embora em determinadas ocasiões concordassem, os blanquistas (que preferiam referir-se a outra figura da revolução francesa, Hebert), seguidores de Auguste Blanqui, definido por Marx como “cabeça e coração do proletariado Frances”, corajoso revolucionário que passou a metade de sua vida em prisões (estava preso inclusive durante a Comuna) e que concebia a revolução como a insurreição de uma elite de revolucionários (sendo os operários, segundo Blanqui, incapazes de liberar-se culturalmente no capitalismo). Segundo Engels (que tinha muita estima pelo grande revolucionário Frances), Blanqui era “um revolucionário de uma época precedente”, ligada ao utopismo. Blanquistas e neojacobinos acercavam-se mais que os proudhonistas as ideias de “centralização” e “ditadura” dos marxistas (embora de uma forma distorcida, não sobre um conceito de classe), mas subestimavam os aspectos “sociais” da revolução que, inversamente, os proudhonistas colocavam em primeiro lugar (embora de maneira distorcida).

Resumindo, as principais correntes eram cinco: neojacobinos, blanquistas, proudhonistas (federativos), bakuninistas (coletivistas), marxistas. Mas se trata de uma classificação esquemática, já que os limites entre um grupo e outro não eram claros, pois frequentemente formavam grupos transversais (não existindo verdadeiros partidos): na

Internacional havia diversos blanquistas (embora esta corrente não tenha aderido a AIT); entre os blanquistas, que não eram membros da Inter• nacional, havia alguns mais próximos de Marx do que muitos proudhonistas, que eram parte da AIT.

Existem vários estudos que tentaram classificar os protagonistas da Comuna. O mais documentado é o de Charles Rihs¹¹ que contradiz dezenas de outros estudos. Na realidade, não só não temos (até hoje!) uma documentação o suficiente, mas o exercício de “etiquetar” os vários comuneiros e, em parte, inútil, tanto que, como Engels comentou, várias vezes “uns e outros fizeram justamente o contrário daquilo que era prescrito pela doutrina de sua corrente”.

Muitos dirigentes da Comuna tiraram lições de sua experiência, aproximando• se do marxismo: diversos dirigentes blanquistas defenderam as posições de Marx no Congresso de Haya, no qual a maioria marxista expulsou da Internacional os anarquistas de Bakunin, que persistiam, apesar da Comuna, em negar a necessidade de construir um partido centralizado da classe operária para a conquista do poder. Mas, naqueles meses, na França, os marxistas consequentes eram contados nos dedos da mão. Por isso, Marx enviou a Paris um operário da AIT próximo a ele: Serrailier, infelizmente, faltou tempo para construir um partido marxista, porque os tempos da crise revolucionária foram decididos pela burguesia, que atacou em março, obrigando os operários a se defenderem para não serem desarmados e derrotados.

O papel da Internacional e o papel dos marxistas

Em 14 de maio de 1872 é promulgada a lei Dufaure, que proíbe qualquer associação internacional na França, “que tenha como objetivo promover greves, a abolição do direito de propriedade, de família, de religião”. O objetivo da burguesia francesa era a AIT dirigida por Marx. E a AIT, a burguesia lhe imputava a “culpa” por haver organizado a Comuna.

A AIT teve realmente esse papel? Engels o resume assim:

“(...) a Comuna, do ponto de vista intelectual, foi sem nenhuma dúvida filha da Internacional, embora esta não tenha movido um dedo para produzi-la (...) mesmo que tenha sido, de forma justa, considerada responsável” .

O que significa dizer que a Internacional “não moveu um dedo”, mas foi, “com justiça; a, considerada responsável”? A contradição é apenas aparente. Engels tenta dizer que a Internacional, considerada como o Conselho Geral dirigido por Marx teve, infelizmente, uma escassa possibilidade de direção, e ao mesmo tempo reconhece a importância que a seção francesa e seus militantes tiveram na Comuna.

A historiografia (inclusive marxista), em geral, detém-se apenas numa parte da afirmação de Engels (os marxistas eram fracos em Paris) e tem subestimado esse reconhecimento de “paternidade” que Engels expressa aqui e em outros textos.

Os dirigentes marxistas ligados conscientemente às posições de Marx (e da maioria da AIT) eram pouquíssimos. Em Paris estava Serrailier, um representante direto da AIT, enviado, como vimos, por Marx. No entanto, este sapateiro, honesto e fiel, não tinha uma grande formação e não estava preparado para analisar globalmente a situação, como se apreende dos informes que enviava ao Conselho Geral de Londres. Outro deles, com o qual Marx pode contar em Paris, era o dirigente operário de origem húngara Leo Frankel. E só. Havia um ou outro marxista isolado como, por exemplo, a militante da AIT de vinte anos, Elisabeth Dmitrieff, de origem russa, estimulada por Marx a ir para Paris em março de 1871, e que se tornou: a dirigente da União de Mulheres. Sabemos também que Marx trocava correspondências com outro dirigente, Eugene Varlin (a mais interessante figura da Comuna) e que escreveu várias cartas a Varlin, Serrailier e Rankel, enviadas. Por meio de um comerciante alemão que viajava entre Londres e Paris. No entanto, a maioria dessas cartas foi perdida. As poucas cartas que ficaram são, no entanto, significativas. Frankel (encarregado de dirigir a Comissão de Trabalho da Comuna) escreve a Marx (em 25-de abril de 1871): “Ficaria contente se você pudesse, de alguma

forma, ajudar-me com seu conselho, porque atualmente estou, por assim dizer, s6 (...).” Não temos a preciosa resposta de Marx. No entanto, temos uma carta de Marx, escrita em 13 de maio de 1871, a Frankel e Varlin: “Por vossa causa, escrevi uma centena de cartas a todos os pontos da terra onde temos relações. (...). Parece-me que a Comuna perde muito tempo em pequenas coisas e disputas pessoais. (...), mas tudo isto não importaria nada se vocês pudessem recuperar o tempo perdido”.

Mas, por que Engels reivindica a “paternidade” da AIT sobre a Comuna? Porque, na realidade, a AIT havia criado na França uma organização muito importante nos anos 1860. Inicialmente dirigida por representantes proudhonistas, vira crescer em seu interior um grupo de jovens dirigentes operários e, entre eles, especialmente Varlin, operário encadernador, autodidata. Em 1866, em Paris, a AIT tinha 600 filiados, e no início da Comuna tinha setenta mil. As outras federações, além de Paris, estavam em Marselha, Ruan, Lyon, enfim, os principais centros da luta operária da França. A AIT apoiou todas as lutas importantes e as greves dos anos 1860, que são preparatórias para a Comuna.

O problema é que, havendo muitos filiados (e frequentemente tratava-se de filiações coletivas), a Internacional não dispunha de um partido estruturado - faltava, de fato, um jornal. Mas não só isso: a direção desses militantes inseridos nas principais lutas, mas frequentemente não organizados entre si, era composta de socialistas não marxistas.

Isso explica por que Marx tentava conquistar Eugène Varlin, que havia se transformado, de fato, no principal dirigente da AIT. Era um militante de grande capacidade organizativa, que tentava recuperar o tempo perdido pelos velhos dirigentes proudhonistas. Varlin jogara um papel fundamental na Comuna. Além de ser “ministro” da Comuna (primeiro de Finanças e depois de Fornecimento), será eleito para o Comitê Central da Guarda Nacional (e dirigira a ocupação da Praça Vendôme em 18 de março); inspirará a seção da AIT; dirigirá o trabalho da Câmara Sindical; estará entre os principais dirigentes de um

embrião de partido revolucionário denominado Delegação dos Vinte Distritos (distritos são as regiões ou “arrondissements” nas quais Paris está dividida). E significativo o fato de que três dessas organizações estivessem localizadas no mesmo endereço: o número 6 da Praça de La Corderie (em Paris, hoje, denominada Rua de La Corderie) era a sede da Câmara Sindical, da Delegação dos Vinte Distritos e da seção francesa da AIT. Do que podemos entender das atas da direção francesa da AIT, o debate e as decisões são frequentemente orientados por intervenções de Varlin. Varlin sempre foi apoiado por Frankel e Serrailier, ambos marxistas. Varlin não era marxista, era de origem proudhonista, mas se orientava cada vez mais à esquerda. Os historiadores expressam definições discordantes: há quem o defina “proudhonista de esquerda”, quem diz que tinha relações com Bakunin (e o caso de Carr) e quem (Nikolaevskij, e também Kaminski) o defina –equivocadamente – “bakuninista”. Na realidade, quem pesquisou mais, como o historiador Bruhat, conseguiu cartas que provam que Bakunin tentou recrutar Varlin para sua seita, contra Marx, mas não conseguiu e ficou muito desapontado. O certo é que Varlin expressou durante a Comuna posições distantes das de Bakunin (Varlin punha a organização dos operários no centro da luta, não a conspiração da “canalha”) e também estava longe dos proudhonistas, tanto que, sendo delegado de Finanças, enfrentou o dirigente proudhoniano Jourde, porque Varlin (como Marx) queria que os comuneiros se apropriassem do Banco Nacional. Em resumo, Varlin comportou-se de maneira um tanto diferente do que prescreve a doutrina não marxista da qual provinha. Como vimos, muitos dos dirigentes da Comuna que sobreviveram ao massacre dispuseram-se a dar a batalha na AIT, junto com Marx, contra os anarquistas de Bakunin no Congresso de Haya. Provavelmente Varlin teria feito o mesmo, mas foi preso (denunciado por um padre) e fuzilado em Montmartre em 28 de maio de 1871, depois de haver substituído Cluseret (morto nas barricadas) como último comandante da defesa operária.

De qualquer forma, em 1871 os marxistas não dispunham de um partido organizado em Paris. Pois a própria

experiência da Comuna que permitiu a Marx e Engels vencerem a batalha contra os anarquistas de Bakunin no Congresso de Haya de 1872. Nesse congresso (que, além da expulsão dos anarquistas, decretou o fechamento da sede central, bem como sua transferência para Nova York iniciando, de fato, a desapareição da Primeira Internacional) explode o “acordo ingênuo de todas as frações” (na expressão de Engels) sobre o qual se equilibrava a Internacional até esse momento. A Comuna demonstrou que era necessário construir partidos organizados de forma independente da burguesia, baseados no marxismo, isto é, com base no programa da ditadura do proletariado que havia realizado sua primeira prova em Paris. Como escreveu Engels: “Eu creio que a próxima Internacional - depois que os livros de Marx tenham exercido sua influência por alguns anos - será puramente comunista e propagará diretamente nossos princípios”. Os últimos anos das vidas de Marx e Engels foram dedicados à própria construção dessa Internacional “puramente comunista” e de seus partidos em cada país.

Devemos voltar a estudar a Comuna

Marx e Engels primeiro, Lênin e Trotsky depois, estudaram profundamente a Comuna.

Infelizmente, dispuseram de uma documentação escassa. As fontes principais de Marx são as memórias de alguns membros da Comuna e, em particular, do livro de Lissagaray, que o próprio Marx encorajou a escrever, e que editou a tradução para o alemão (enquanto uma filha de Marx, Eleanor, trabalhou a edição em inglês). Lissagaray era um ótimo jornalista e participou da defesa da Comuna, mas sua história (publicada na Bélgica em 1876) reflete a formação não marxista do autor, um neojacobino. Lissagaray minimiza o papel dos dirigentes da Internacional: diz que na Comuna eleita eram somente treze (um número errado), mas não diz, números a parte, que eles cumpriram papéis de primeiríssima ordem. E não só isso: para desenvolver sua polemica contra o proudhonismo, Lissagaray rotula como “proudhonistas” todos os dirigentes parisienses da AIT; no entanto, como no caso de Varlin, eles frequentemente

expressavam posições distantes do proudhonismo.

Lênin baseou-se no livro de Lissagaray (uma das poucas fontes disponíveis em sua época) e Trotsky utilizou o livro do historiador Claude Tales, que usa como única fonte o próprio Lissagaray e, por isso, enfatiza o aspecto do “caos” da Comuna e o peso do proudhonismo, sem localizar o papel consciente (mas insuficiente por não estarem organizados num partido) de tantos dirigentes revolucionários e dos poucos próximos a Marx.

Lênin e Trotsky, querendo justamente enfatizar a principal causa da derrota da Comuna - a falta de um partido marxista -, tenderam (equivocando-se) a diminuir o papel “semeador” que a AIT desenvolveu nos anos 1860 e, privados de documentação, não escreveram nada sobre o embrião de partido que estava sendo construído nesses meses em Paris. Esse embrião de partido, em cujo desenvolvimento Varlin e Frankel jogaram um papel importante, era a Delegação dos Vinte Distritos. Tanto Lissagaray quanto Tales lhe dedicaram pouquíssimas linhas. No entanto, os documentos encontrados pelos historiadores a partir de 1960 nos dão hoje um quadro muito diferente.

Não temos aqui espaço para aprofundar o tema, que merece outro artigo. Basta dizer que Lissagaray equivoca-se duas vezes: primeiro, sustentando que a Delegação (também conhecida como Comitê Central Republicano dos Vinte Distritos) não estava ligada a AIT, quanto sabemos que seus principais dirigentes eram membros da AIT (cinco em sete, entre eles Varlin); segundo, afirma que desapareceu antes da Comuna, enquanto hoje temos as atas das reuniões que ocorreram até poucas horas antes da queda da última barricada.

Do estatuto da delegação sabemos que para filiar-se eram necessárias três condições: militância, adesão aos princípios “socialistas revolucionários”, pagamento da cota. O programa e a “destruição revolucionária” da democracia parlamentar burguesa, o reconhecimento “como único governo da Comuna revolucionária, emanação das delegações dos

grupos socialistas revolucionários”.

Para a eleição da Assembleia Nacional (fevereiro de 1871), a Delegação apresenta um programa e candidatos em aliança com a seção francesa da AIT e a Câmara Federal da Sociedade Operaria (Varlin era a alma de todas essas organizações!). O manifesto eleitoral afirma que o objetivo é: “a organização de uma república que devolva as fábricas aos operários”, realizando assim “a liberdade política através da igualdade social”.

É certo que a Delegação tinha em seu interior várias correntes nas quais estava dividido o movimento operário francês e não houve tempo para desenvolver-se: nasce imediatamente após a proclamação da República, em 5 de setembro de 1870, com uma assembleia de 500 operários parisienses (aqui estava Varlin!). Mas, em poucas semanas as correntes mais moderadas saíram e seus documentos foram, dia a dia, aproximando-se de uma posição marxista.

Se, como Marx esperava, os operários tivessem tido tempo para “trabalhar em sua organização de classe”, o curso da história teria sido diferente. Porém, e hoje muito certo que esta organização (cujas histórias temos ainda que pesquisar) e seus dirigentes, tiveram um papel central no desenvolvimento da revolução.

Os documentos históricos de que dispomos hoje confirmam, indiscutivelmente, a tese de fundo de Lênin e Trotsky: sem um partido marxista não existe a possibilidade de uma revolução vitoriosa. Aquilo que Lênin e Trotsky não sabiam quando escreveram sobre a Comuna e que o início de tal partido já existia e foi graças a isso que a Comuna conseguiu ir adiante. Já em 1871, a revolução foi o fruto não da “espontaneidade”, mas da organização dos revolucionários. No entanto, tal organização não teve tempo de consolidar-se em partido marxista, e por isso o Comitê Central da Guarda Nacional não foi um verdadeiro “soviét” e, por isso, a ditadura do proletariado foi, na Comuna,

apenas uma perspectiva incompleta.

Foi estudando os resultados e os erros dos valorosos operários franceses que os operários russos, dirigidos pelo partido de Lênin e Trotsky, puderam vencer em 1917. Foi o estrondo dos canhões da Comuna de Paris que abriu o caminho a Comuna de Petrogrado.

Dicionário: “Comuna de Paris”

Abjeto – desprezível, imundo, repelente, abominável, baixo, infame, vil, indigno, repulsivo.

Absenteísmo – prática ou costume de se ausentar de um local onde seria obrigatória sua presença.

Antagonismo – forte oposição de ideias sistemas, grupos sociais. Princípio ou tendência contrária.

Antítese – duas palavras ou dois pensamentos em sentido contrário.

Apologética – tratado ou ciência da defesa racional da fé cristã.

Aspiração – desejo de atingir uma meta, ambição, sonho.

Assédio – um cerco com a finalidade de exercer um domínio, insistência impertinente, sugestão ou pretensão em relação a alguém.

Audaz – que consegue realizar coisas muito difíceis; que tende a inovar; arrojado.

Autogoverno – governo autônomo, governo de si próprio.

Boiardo – era o título atribuído aos membros da aristocracia russa do século X ao XVII.

Bonapartista – é uma ideologia política de origem francesa, inspirada em Napoleão Bonaparte, ou seja, um governo autoritário.

Carnificina – matança ou chacina.

Centralizado – unido a partir de um centro ou comando

Cocotte – o mesmo que prostituta.

Coexistir – paralelamente, existir junto, união.

Colossal – que tem volume, altura, vastíssimo, muito grande, agigantado, vastíssimo, imenso.

Comuna – território ou comunidade autogovernada. Do

francês “Commune”.

Convulsão – é uma mudança súbita de comportamento. Catástrofe, desastre, ruína, revolução, revolta, repulsa.

Despotismo – é uma forma de governo onde todo o poder está concentrado em apenas um governante, de maneira isolada e arbitrária.

Emancipação – é o ato de tornar livre ou independente.

Esfinge – Estatua de monstro. Mit. Na Grécia antiga, monstro fabuloso com corpo, garras e cauda de leão, cabeça de mulher, asas de águia e unhas de harpia, que propunha enigmas aos viandantes (viajantes aventureiros) e devora quem não conseguisse decifrá- lo.

Estrondo – som forte, barulho.

Executivo – Poder executivo, governa de acordo com as leis do poder legislativo.

Fantoche – boneco, aqui usado no sentido de alguém que é manipulado por outro.

Fração – divisão, aqui no sentido de cada uma das correntes adversárias dentro de um partido.

Fraseologia – palavreado, de frases feitas, sem sentido ou estereotipado.

Gendarme – Soldado de uma corporação responsável pela ordem pública e a segurança (França e outros países).

Infringir – violar, transgredir, desobedecer lei.

Invectiva – ofensa, insulto, ultraje.

Lacaio – capacho, puxa saco.

Mártir – pessoa que morre por defender uma causa.

Medieval – relativo à Idade Média, período histórico europeu, baseado na produção agrícola por servos, que entregavam a maior parte dos produtos aos nobres proprietários

das terras.

Meramente – simplesmente, apenas.

Metropolitano – relativo à cidade grande, capital.

Monárquico – Refere-se a monarquia, ou seja, uma forma de governo onde o poder supremo está nas mãos de um monarca que tem o título de rei ou rainha.

Monopólio – Exploração de um ramo econômico ou de atividade por apenas um grupo ou empresa, sem concorrentes.

Multiplicidade – grande número, grande abundância, variedade, diversidade.

Obstruir – tornar impossível a passagem.

Oracular – sentido figurado: quem se considera infalível ou profético. Vem de oráculo, deus que fazia previsões.

Paladino – quem defende com ardor certas causas.

Pelourinho – coluna de pedra ou madeira, colocada em uma praça ou lugar central e público, onde eram exibidos e castigados os criminosos e escravos.

Perpetuar – durar para sempre, manter por tempo indeterminado, por longo tempo.

Pilhagem – roubo, saque. Espoliação praticada por um grupo de pessoas.

Plenipotenciário - com todos os poderes.

Poder estatal – normas elaboradas e exercidas pelo Estado.

Precursor – que foi o primeiro a fazer alguma coisa.

Predecessores – antepassados, que vieram antes.

Relíquia – coisa preciosa mais ou menos antiga, à qual se dedica grande estima. Lembrança, resto.

Remoto – distante, antigo, longe.

Republicano – refere-se ao regime político em que o chefe

de Estado é eleito pelos cidadãos ou pelos seus representantes, tendo a sua chefia uma duração limitada por lei

Revogável – anular, invalidar, cancelar, abolir, extinguir.

Sanção – castigo, punição. Pode ser também a aprovação de uma lei.

Soldadesca – tropas, soldados.

Sublevação – rebelião individual ou em massa. Falta de aceitação, indignação, revolta, levante.

Subserviência – sujeição, submissão a alguém ou a alguma coisa. Ação de bajular ou servir aos desejos de alguém por vontade própria. Adulação.

Sufrágio – escolha por votação, eleição. Sufrágio universal = eleição em que todos votam, independente de sexo, classes, etc

Suplantado – derrubado em combate, superado.

Supressão – ato de cancelar, extinguir, eliminar, retirar.

Suprimir – excluir, extinguir, invalidar, anular, abolir, eliminar.

Utopia – ideal de justiça e perfeição inatingível. Fantasia. Vem da literatura, ilha imaginária, idealizada por Thomas More (1477-1535), onde se desenvolvera um modelo social e político perfeito.

Valáquio – natural ou habitante da Valáquia, Romênia. Dialeto do romeno.

Secretaria Nacional de Formação

São Paulo, 2017